

PERSPECTIVA



ECONÔMICA

compartilhe

GAZETA MERCANTIL

ACIT

Estabilização num país desigual

Edward J. Amadeo (*)



Os pobres perdem com a restrição ao consumo

Num livro em 1973, *Análise do Modelo Brasileiro* (Civilização Brasileira), Celso Furtado argumenta que a estratégia de desenvolvimento do governo militar passava pela reconcentração da renda para viabilizar o setor de bens de consumo durável, instalado nas décadas de 50 e 60 no Brasil. O ponto central era que seria necessário criar uma "classe média alta" a fim de fortalecer o mercado de bens duráveis.

Nas palavras de Furtado, a estratégia visava a "reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda, de forma que o mecanismo promotor dessa concentração atue, não somente no sentido de favorecer a formação de capital fixo, mas também — e de forma significativa — no de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis" (pág. 38).

Não importa tanto de Furtado tinha ou não razão sobre as intenções dos tecnocratas e ideólogos de então. Importa sim que, seja devido a uma estratégia deliberada ou não, o Brasil, entre os países de renda média e alta, tem a mais desigual distribuição de renda.

Na Holanda, um indivíduo rico (entre os 10% mais ricos da população) ganha em média quatro vezes mais que um indivíduo pobre (entre os 40% mais pobres). Na Argentina, essa proporção é 10. No Brasil, o indivíduo rico ganha em média quase 30 vezes mais que o pobre. Sabe-se que houve concentração da renda nos últimos trinta anos no Brasil, principalmente nas décadas de 60 e 80, e que o foco da má distribuição de renda está na diferença de renda entre o décimo e o nono decis distributivos. Isto é, o foco da má distribuição de renda está no topo da pirâmide.

É verdade também que o Brasil conta com um mercado de bens de consumo muito sofisticado dedicado à classe média alta. Ao

longo das últimas três décadas a atividade econômica dividiu-se entre a produção de bens e serviços "top of the line" e muito diferenciada e a produção de bens-salário não-duráveis de má qualidade. Essa é a forma de adaptação da oferta à estrutura (distributiva) da renda e da demanda.

É um conhecido fato estilizado que a elasticidade-renda do consumo de bens não-duráveis e duráveis de baixo valor unitário cai à medida que cresce a renda das famílias. Além disso, num país em que a distribuição da renda é muito polarizada, é natural que a diferença entre a propensão a consumir dos ricos e dos pobres seja maior que num país com distribuição mais igualitária.

Logo, se há distribuição de renda a favor dos ricos — como nas últimas décadas —, a diferença entre as propensões aumenta, cresce a razão entre o consumo de bens duráveis de alto valor e os bens-salário e dá-se uma redução da propensão média a consumir. O efeito da redução da propensão média sobre a demanda agregada é obviamente contracionista.

Não cabe aqui discutir as causas da má distribuição da renda em si. Cabe, porém, notar que a permanência no tempo da má distribuição e a piora na distribuição terminam por gerar um mercado "encolhido" e em processo de "encolhimento" e diferenciação no topo.

A redução da inflação aumenta o acesso dos pobres a bens de consumo duráveis. No Real não houve — pelo menos até setembro — crescimento expressivo dos salários. Mas tanto a demanda quanto

a oferta de crédito aumentam com a estabilização, permitindo aos pobres comprar a prazo bens duráveis o que libera renda para o aumento do consumo de bens não-duráveis. O efeito sobre a demanda agregada é expansionista e tem efeitos multiplicadores.

O crescimento do consumo dos mais pobres, com alta propensão a consumir, explica o crescimento da demanda de bens duráveis e não-duráveis no início dos planos.

Entretanto, a capacidade de resposta do setor produtivo é muito baixa uma vez que ao longo do tempo a oferta foi ficando mais diversificada no topo mas muito concentrada. Logo, há um componente estrutural no excesso de demanda pós-estabilização. Não se trata de um fenômeno localizado e episódico, mas de um fenômeno com causas relativamente rígidas. Seus efeitos podem, em princípio, ser mitigados no curto prazo com medidas que reduzam a demanda agregada e, com o correr do tempo, com a ampliação da oferta doméstica e da oferta de importados.

Ocorre que políticas monetárias contracionistas têm efeitos limitados no Brasil. Por quê? Primeiro, porque as famílias ricas não dependem de crédito para comprar — e portanto são insensíveis à restrição ao crédito. Segundo, são credoras do governo e têm tido expressivo aumento de renda e poder de consumo com as altas taxas de juros. Além disso, como suas cestas de consumo incluem ou podem incluir crescentemente bens importados, a apreciação cambial tem implicado um crescimento da

sua renda disponível. Logo, as políticas "contracionistas" e a apreciação do câmbio têm um poder moderado. O efeito expansionista das taxas de renda média e alta, isto reduz a potência das políticas para reduzir o excesso de demanda. Trata-se do limite imposto pela má distribuição de renda à eficácia das políticas contracionistas. Para os pobres, as medidas de restrição ao crédito fazem efeito e em suas cestas de consumo os "non-tradables" têm peso expressivo. Logo, com o tempo, a demanda pelos bens que consomem cai. E se, de fato, o efeito das políticas para os ricos for nulo ou expansionista, o sucesso das políticas contracionistas exige um sacrifício maior dos pobres: a redução da demanda recai inteiramente sobre eles e não é dividida com os ricos.

Logo, num certo sentido, o sucesso do plano — no que se refere à redução da demanda agregada — exige que a distribuição de renda retorne ao *status quo ante* ou fique até pior. Se a política de juros altos é a apreciação cambial aumentam a renda e o consumo dos ricos, é possível que a redução do consumo agregado exija a queda — relativamente ao período anterior ao plano — do poder de compra dos pobres.

Se as políticas contracionistas não surtem o devido efeito, o excesso de demanda passa a legitimar os aumentos de preços. Neste caso, a aceleração da inflação pode se encarregar de fazer a distribuição do poder de compra entre ricos e pobres retroceder aos patamares anteriores ao plano.

Ao lado das políticas contracionistas, a abertura comercial e a apreciação cambial permitem o crescimento da oferta de importados, ajudando a redução do excesso de oferta. Mas este é um assunto para outro artigo.

(*) Professor de Economia da PUC-Rio.